



Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Encerrar Inexigibilidade

07/03/2023 15:27:05

Pedido de Cotação Eletrônica



Esta inexigibilidade estará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Resumo da Dispensa/Inexigibilidade

Órgão

30108 - DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

UASG de Atuação

200340 - ACADEMIA NACIONAL DE POLICIA - DF

Modalidade de Compra

Inexigibilidade de Licitação

Nº da Compra

00015/2023

Lei

Lei nº 8.666/1993

Artigo

Art. 25º

Inciso

II

Percentual de enquadramento da instituição

10 %

Objeto

Contratação de profissional técnico especializado para atuar como conteudista do Curso Exercício Prático de Emergências Gerais instituído pelo Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia.

Quantidade de Itens

1

Valor Total da Compra (R\$)

4.816,40

Data da Declaração

06/03/2023

Encerrar Compra

Inexigibilidade



POLÍCIA FEDERAL

LICIT. PROJETO BÁSICO Nº 27498004/2023-UIA/SOAR/CAOP/CGAP/DIREX/PF

Processo nº 08211.004937/2022-02

**CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL TÉCNICO ESPECIALIZADO
EM AÇÕES DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL**

(Artigo. 25, inciso II, c/c artigo 13, inciso VI da Lei 8.666/93 – inexigibilidade de licitação)

1. OBJETO

Contratação de Profissionais Técnicos Especializados em Ações de Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal eventual para prestação de serviços educacionais, na modalidade à distância (EAD), para disponibilizar conteúdo para aulas no Curso "**EXERCÍCIO PRÁTICO DE EMERGÊNCIAS GERAIS, 4ª fase do Treinamento Inicial das aeronaves da CAOP** de acordo com o RBAC90, item 90.171, na disciplina EXERCÍCIO PRÁTICO DE EMERGÊNCIAS GERAIS (EPG-MG) **Módulo Geral - MG (comum a todas as aeronaves)**, sobre os seguintes temas: Legislação; Fadiga Humana; Riscos Inerentes à atividade aérea; Tomada de Decisão; *Pouso de Emergência na água, terra; Segurança de tripulantes, passageiros e presos; Transporte de passageiros, transporte de presos, transporte de cargas, catering, etc; Cenários onde a vigilância deve ser intensificada; Uso de uniforme e EPI: macacão, bota, camiseta, luvas etc.; Fumaça tóxica; Equipamentos de Emergência e Sobrevivência nos diversos cenários.*

Conforme previsto no inciso IX do Art. 22º da Instrução Normativa 113/2017 – DG/DPF, de 4 de maio de 2017, considera-se **CONTEUDISTA** pessoa de notório saber, responsável por elaborar o material didático a ser utilizado nas ações educacionais desenvolvidas pela ANP.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Academia Nacional de Polícia (ANP) é uma instituição organizada e mantida pela União, estruturada em carreira, com autonomia administrativa e financeira, diretamente subordinada ao Ministro de Estado da justiça, e tem por finalidade executar, em todo o território nacional, as atribuições previstas no § 1º do art. 144 da Constituição Federal e também as previstas na legislação complementar.

A Academia Nacional de Polícia - ANP - tem como atividade precípua formar e especializar profissionais de segurança pública para exercerem com excelência suas atribuições, além de formular e difundir a doutrina policial em defesa da sociedade.

Conforme Instrução Normativa 13/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005, que define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do departamento de polícia federal e as atribuições de seus dirigentes, à Academia Nacional de Polícia compete:

Art. 119. À Academia Nacional de Polícia compete:

I - formar o pessoal selecionado por meio de cursos específicos;

II - promover ações de ensino, formação e especialização focadas no desenvolvimento de profissionais de segurança pública, por meio de cursos e eventos similares;

III - desenvolver atividades relativas às programações orçamentária e financeira, na sua área de atuação;

IV - elaborar planos, estudos e pesquisas, visando ao estabelecimento de doutrina orientadora em alto nível das atividades policiais do País;

V - promover a difusão de matéria doutrinária, legislação, jurisprudência e estudos sobre a evolução dos serviços e técnicas policiais;

VI - propor, articular e implementar intercâmbio de informações com as escolas de polícia do país e organizações congêneres estrangeiras, objetivando ao aperfeiçoamento e à especialização dos servidores policiais;

VII - elaborar estudos de viabilidade e propor contratos, convênios e instrumentos afins com órgãos e entidades congêneres, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, tendo em vista o assessoramento, o planejamento e a execução de atividades de ensino, treinamento e desenvolvimento profissional ou as que ofereçam produtos e serviços de interesse do DPF;

VIII - proceder ao recrutamento e à seleção de servidores para cursos de treinamento, especialização, aperfeiçoamento, estágios e outras atividades de ensino no País e no exterior;

IX - promover, por meio dos setores competentes, a investigação social dos candidatos de concursos públicos e o levantamento das habilitações e informações do estado disciplinar dos servidores inscritos em processo seletivo;

X - conferir diplomas ou certificados relativos às ações de ensino e atividades instituídas;

XI - conceder bolsas de estudo e prêmios no interesse de atividades desenvolvidas na área de segurança pública;

XII - prestar assessoramento técnico às unidades centrais e descentralizadas, no âmbito de suas competências, quando solicitado.

O art. 135 do mesmo normativo, estabelece que ao Setor de Formação Policial - SEFORM, compete:

Art. 135. Ao Setor de Formação Policial compete:

I - coordenar, promover e fiscalizar o ensino das disciplinas do ciclo profissionalizante nos diversos cursos de formação policial instituídos;

II - articular-se com as demais unidades subordinadas à DIDH/COEN/ANP/DGP, tendo em vista associar conteúdos programáticos interdisciplinares voltados à sua área de atuação;

III - colaborar com o SAVAL/COEN/ANP/DGP, fornecendo subsídios para a elaboração de planos instrucionais e de cursos sobre as disciplinas de formação policial;

IV - coordenar, controlar, revisar e fiscalizar a padronização e reprodução do material didático das disciplinas de formação policial;

V - promover estudos e pesquisas sobre as atividades-fim do DPF, objetivando atualizar, normalizar e, se necessário, elaborar manuais sobre os conteúdos programáticos na sua área de atuação;

VI - fornecer orientação didática e bibliográfica relacionada aos cursos de formação policial.

VII - sugerir a contratação de profissionais na área de docência e apoio às atividades do setor, instruindo o processo, após a autorização;

VIII - atualizar, manter e controlar os cadastros curriculares dos docentes, palestrantes e conferencistas das disciplinas de formação policial.

Cabe ainda destacar o previsto na IN 35/2010-DG/DPF, que disciplina o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso:

Art. 31. O exercício de qualquer atividade de ensino na ANP/DGP/DPF será antecedido de análise e seleção de curricular, onde serão observados a inexistência de restrições ou sanções disciplinares, a expertise, o comprometimento com o Serviço Público, a competência laboral, a afinidade à docência e o relacionamento interpessoal, dentre outros fatores.

Parágrafo único. Estas exigências serão dispensadas quando se tratar de Palestrante indicado pela Direção-Geral, Diretores, Corregedor-Geral e ou convidado pelo Diretor da ANP/DGP/DPF, pelo Coordenador de Ensino ou pelo Coordenador de Altos Estudos em Segurança Pública.

Art. 32. O Recrutamento e a Mobilização de Servidores ao exercício de atividades de ensino na Academia Nacional de Polícia é medida prioritária e de estratégico interesse do DPF, sendo que em razão da especificidade das ações de ensino tais solicitações deverão ser nominais, em documento que apresente os motivos que ensejaram a escolha do servidor.

Assim, a presente contratação visa atender plenamente às atribuições do Setor de Formação e capacitação de servidores públicos, policiais e administrativos, quanto à contratação de profissionais técnicos especializados para montar aulas EAD na disciplina EXERCÍCIO PRÁTICO DE EMERGÊNCIAS GERAIS (EPEG) sobre os temas abaixo descritos.

3. ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

Prestar serviços educacionais, na modalidade à distância (EAD), nas disciplinas abaixo, objetivando desenvolver nos alunos conhecimentos descritos a seguir:

CURSO: EXERCÍCIO PRÁTICO DE EMERGÊNCIAS GERAIS	
I - MÓDULO GERAL - (40h) - EAD (Comun a todas as aeronaves)	
a) modalidade asas rotativas: AS350/AS355/AW139 b) modalidade turbo-hélice: C208;B350; c) modalidade jato: ERJ145;ERJ175	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	CONTEÚDO
Identificar uma situação de emergência e atuar com eficiência para sair da situação. Estar familiarizado com os diversos cenários de emergências que poderão acontecer durante o voo.	1. Legislação 2. Fadiga Humana 3. Riscos Inerentes à Atividade Aérea; 4. Tomada de Decisão; 5. Pouso de Emergência; 6. Segurança de tripulantes, passageiros e presos; 7. Transporte de passageiros, transporte de presos, transporte de cargas, catering, etc; 8. Cenários onde a vigilância deve ser intensificada; 9. Uso de uniforme e EPI: macacão, bota, camiseta, luvas etc.; 10. Fumaça tóxica; 11. Equipamentos de Emergência e Sobrevivência nos diversos

3.1. No tocante as atribuições do conteudista, elas estão previstas no artigo 25 e 26 da IN nº 113/2017, que determina:

Art. 25. Compete ao conteudista, no âmbito da respectiva disciplina:

I - preparar e encaminhar à ANP, em meio eletrônico e impresso, respeitando os prazos e limites estabelecidos, o material a ser ministrado ou transposto para a plataforma educacional, dentro das especificações definidas pelo proponente, observando a formatação específica definida pela ANP;

II - incluir no material elaborado, com base nas estratégias pedagógicas aplicáveis, recursos como estudos de caso, situações práticas e outras formas de interação que contribuam com a otimização do processo de ensino-aprendizagem e efetividade do curso; e

III - ceder, definitivamente, os direitos de uso, adaptação e veiculação do material produzido à ANP, atualizando-o pelo prazo mínimo de dois anos, conforme estabelecido em termo específico.

Parágrafo único. No caso de ações educacionais na modalidade a distância, o conteudista também deverá produzir as verificações de aprendizagem, seus respectivos gabaritos e critérios de correção, bem como apoiar o trabalho dos tutores.

Art. 26. O conteudista será designado por ato do Diretor da ANP, que fixará, dentre outros parâmetros, o tempo necessário à realização do trabalho, o quantitativo máximo de horas-aula percebíveis e os critérios necessários ao desenvolvimento do tema, na forma do modelo pedagógico da ANP. Art. 27. O conteudista é o responsável técnico pelo material elaborado sob sua responsabilidade.

3.2. No tocante as atribuições do conteudista, elas estão previstas no artigo 22 da IN nº 35/2010, que determina:

Art. 22. Compete ao Conteudista:

I – preparar e encaminhar à ANP/DGP/DPF, respeitando os prazos e limites estabelecidos, em meio magnético e impresso, o material a ser ministrado ou transposto para plataforma educacional, dentro das especificações predefinidas, observando formatação específica; II – com base nas estratégias pedagógicas aplicáveis, incluir no material elaborado recursos como estudos de caso, situações práticas e outras formas de interação que contribuam com a otimização do processo de ensino-aprendizagem e efetividade do curso;

III – ceder os direitos de uso, adaptação e veiculação do material produzido à ANP/DGP/DPF, atualizando-o pelo prazo mínimo de 02 (dois) anos, conforme estabelecido em termo específico – Anexo II.

§ 1o. O Conteudista será designado por ato do Diretor da Academia Nacional de Polícia que fixará, dentre outros parâmetros, o lapso necessário à realização do trabalho, o quantitativo máximo de horas-aula percebíveis e os critérios necessários ao desenvolvimento do tema, na forma do modelo pedagógico da ANP/DGP/DPF.

§ 2o. O Conteudista não perceberá qualquer gratificação pela atualização do material produzido no prazo previsto no inciso III, sendo sua negativa em fazê-lo infração disciplinar punível na forma da legislação vigente, sendo que eventuais impedimentos deverão ser apresentados de forma circunstanciada à área de concentração e ao Diretor da Academia nacional de Polícia.

§ 3o. *Transcorrido o prazo de 02 (dois) anos, em caso de necessidade, o Diretor da Academia Nacional de Polícia designará um novo profissional para a atualização do material produzido, o qual perceberá a título de gratificação 50% do montante pago pela atividade do Conteudista.*

§ 4o. *Caso haja a designação de mais de uma pessoa na construção do conteúdo, a retribuição pecuniária devida pela atividade será rateada entre os participantes.*

Art. 23. O Conteudista é responsável técnico pelo material elaborado sob sua responsabilidade, para todos os fins legais.

4. LOCAL E PRAZO PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

A prestação dos serviços educacionais deverá ser entregue no formato EAD no período de 10 a 31 de março de 2023.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O curso a ser desenvolvido seguirá as diretrizes estabelecidas no Plano de Disciplina (ANEXO I), elaborado pela Coordenação de Ensino – COEN, e compreenderá 1 (um) Módulo Geral teórico à distância (EAD) com a carga horária total de 40 horas-aula, sendo apresentado os seguintes temas:

MÓDULO GERAL

- a) Legislação
- b) Fadiga Humana
- c) Riscos Inerentes à atividade aérea;
- d) Tomada de Decisão;
- e) *Pouso de Emergência na água, terra;*
- f) *Segurança de tripulantes, passageiros e presos;*
- g) *Transporte de passageiros, transporte de presos, transporte de cargas, catering, etc;*
- h) *Cenários onde a vigilância deve ser intensificada;*
- i) *Uso de uniforme e EPI: macacão, bota, camiseta, luvas etc.;*
- j) *Fumaça tóxica;*
- k) *Equipamentos de Emergência e Sobrevivência nos diversos cenários;*

Compete ao conteudista contratado preparar o material a ser ministrado ou transposto para a plataforma educacional, dentro das especificações definidas pelo proponente, observando a formatação específica definida pela ANP listado deste termo de referência totalizando 40 (quarenta) horas aula.

6. DA REMUNERAÇÃO E DA ESTIMATIVA DE CUSTO

Em relação à remuneração a ser paga ao contratado, esta baseia-se no que determina o artigo 9º, da Instrução Normativa nº 035/2010-DG/DPF, de 04 de agosto de 2010, publicada no Boletim de Serviço nº 149, de 05 de agosto de 2010, que dispõe:

Atualmente, conforme determina a Tabela de Percentuais da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso a ser pago pela Academia Nacional de Polícia, anexa a mesma Instrução Normativa, em cumprimento ao disposto no art. 76-a da lei 8.112/90 c/ os parâmetros regulamentares fixados pelo decreto nº 6.114/07, a

hora-aula de conteudista em atividade de treinamento remunerada em R\$ 114,68(cento e quatorze reais e sessenta e oito centavos), acrescido de 5% em virtude da especialização do conteudista em tela, perfazendo um total de R\$ 120,41(cento e vinte reais e quarenta e um centavos).

Assim, tendo em vista que para o curso em tela o conteudista contratado, disponibilizará o conteúdo a ser abordado no total de 40 (quarenta) h/a, estimando o total de **R\$ 4.816,40 (quatro mil, oitocentos e dezesseis reais e quarenta centavos)**.

7. DA SELEÇÃO DE PROFESSORES

Conforme anexo XI do Manual do Professor da ANP, a seleção de professores é responsabilidade da Direção da ANP, juntamente com a Direção-Geral da PF. A seleção de professores e a organização das disciplinas são realizadas na ANP pela COENE pela CESP. Alguns critérios observados:

1. Afinidade com a docência (interesse, motivação e vontade de ser professor).
2. Aprovação nos cursos de formação de professor (EaD, presencial e/ou domínio técnico).
3. Experiência como professor da ANP
4. Avaliação da ANP do trabalho do professor
5. Avaliação das chefias imediatas (da ANP)
6. Avaliação do professor titular sobre o trabalho individual (segundo critérios da DIDH) ou desempenho como professor titular (avaliado pela DIDH)
7. Avaliação dos alunos
8. Capacidade de trabalho em equipe e de relacionamento interpessoal
9. Compromisso e comprometimento com a ANP, PF e com a docência
10. Consultas à Corregedoria Geral da PF (Coger)
11. *Curriculum vitae (lates)*.
12. Domínio de conteúdo
13. Domínio didático-pedagógico
14. Domínio da língua portuguesa culta nas formas escrita e falada
15. Experiência como professor em outras instituições
16. Experiência profissional na área
17. Experiência profissional (competência laboral)
18. Postura ético-profissional.

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O contratado deverá apresentar documentação de habilitação para prestação de serviços educacionais: Curriculum (preferencialmente plataforma *lates*), cópia de comprovação da maior titulação acadêmica, Certidão Negativa de Débito Fiscal. (Lei n.º 8.666/93, art. 29, III) e Certidão Negativa de Débito Trabalhista. (Lei n.º 8.666/93, art. 29, III).

O Supervisor do Curso deverá preencher a Ficha Cadastral do Docente no sistema EDUCA.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Responsabilizar-se integralmente pela prestação de serviço, observando a legislação vigente e os normativos do DPF, em especial a Instrução Normativa 35/2010 – DG/DPF, de 04 de agosto de 2010, Instrução Normativa 13/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005, o Manual do Professor da ANP (2012).

Executar os serviços no local indicado, observando rigorosamente as especificações e exigências estabelecidas neste Projeto Básico;

Prestar o serviço dentro do prazo estabelecido neste Projeto Básico;

Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, atendendo de imediato as reclamações;

Manter, durante o período de execução contratual, todas as condições que ensejaram sua habilitação e qualificação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA

Efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados.

Notificar o contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

Fornecer por escrito as informações necessárias para a prestação do serviço fornecendo todas as facilidades para seu efetivo cumprimento;

Designar um servidor especialmente para acompanhar e fiscalizar a prestação de serviço, a ser indicado pelo setor demandante, anotando em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, sendo que as decisões e providências que ultrapassarem sua competência deverão ser solicitadas em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;

Não permitir a execução contratual em desacordo com o preestabelecido;

Efetuar controle da execução contratual;

Notificar o contratado quanto ao pagamento do serviço prestado, após anuência do fiscal, cujo pagamento será realizado mediante o depósito de ordem bancária;

11. DAS PENALIDADES

O descumprimento das obrigações presentes neste instrumento implicará nas sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/90:

Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Projeto Básico ou no Termo de Compromisso, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

Multa: Indenizatória, de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total.

Impedimento de contratar com a Academia Nacional de Polícia Federal pelo prazo de até dois anos;

A recusa injustificada da Adjudicatária assinar o Termo de Compromisso, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta seleção:

tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Brasília-DF, 01 de março de 2023.

SUELDO JOSÉ DA SILVA
Escrivão de Polícia Federal
Unidade de Instrução de Asa Fixa

Aprovo o presente Projeto Básico.

WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA
Delegado de Polícia Federal
Coordenador do Comando de Aviação

Autorizo a ABERTURA de Processo Administrativo para contratação, conforme art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93.

LUCIANA DO AMARAL ALONSO MARTINS

Delegada de Polícia Federal

Diretora da ANP/DGP/PF



Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA, Coordenador(a)**, em 02/03/2023, às 08:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SUELDO JOSE DA SILVA, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 01/03/2023, às 19:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **27498004** e o código CRC **937B03E0**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ENSINO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SETOR DE PLANEJAMENTO, LICITAÇÕES E CONTRATO

ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Chefe da Coordenação de Administração e Logística da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia – CLOG/DIREN-ANP/PF, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida (27651913) e ainda nos termos do artigo 25, Inciso II, combinado com o Inciso VI, do artigo 13 ambos da Lei 8.666, de 21 de junho 1993.

RESOLVE:

1. **DECLARAR INEXIGÍVEL A LICITAÇÃO**, objeto do processo 08211.004937/2022-02, para a contratação do Sr. **Dani Damasceno, CPF 856.813.779-20** para atuar como conteudista do Curso Exercício Prático de Emergências Gerais, onde a Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia irá custear o valor de **R\$ 4.816,40 (quatro mil oitocentos e dezesseis reais e quarenta centavos)**.

TARCÍSIO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR

Agente de Polícia Federal
Chefe da Coordenação de Administração e Logística
CLOG/DIREN-ANP/PF



Documento assinado eletronicamente por **TARCISIO JOSE DA SILVA JUNIOR, Coordenador(a)**, em 06/03/2023, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **27651916** e o código CRC **0D76D271**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ENSINO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SETOR DE PLANEJAMENTO, LICITAÇÕES E CONTRATO

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE

1. **RATIFICO** o Ato de Inexigibilidade de Licitação nº 27651916, na forma do artigo 26 da Lei 8.666, de 21 de junho 1993, praticado pelo Agente de Polícia Federal, Tarcísio José da Silva Júnior, Chefe da Coordenação de Administração e Logística da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia, para a contratação do Sr. **Dani Damasceno, CPF 856.813.779-20** para atuar como conteudista do Curso Exercício Prático de Emergências Gerais, onde a Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia irá custear o valor de **R\$ 4.816,40 (quatro mil oitocentos e dezesseis reais e quarenta centavos)**, com fundamento no inciso II do artigo 25, combinado com o inciso VI, do artigo 13, da lei acima aludida.
2. Para a produção dos efeitos almejados, procedam-se aos demais trâmites.

LUCIANA DO AMARAL ALONSO MARTINS
Delegada de Polícia Federal
Diretora de Ensino da Academia Nacional de Polícia
DIREN-ANP/PF



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA DO AMARAL ALONSO MARTINS, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 07/03/2023, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **27651919** e o código CRC **18DC2F36**.